



A DIVERSIDADE, AS DIVERSIDADES

Sérgio Mamberti

Bom dia a todos e a todas aqui presentes, na cidade de Cuenca – Equador, que tão carinhosamente nos acolhe para este encontro.

Caros companheiros desta mesa:

- Maria Cristina Serje – Coalición de los Nuevos Canadienses para as Artes e a Cultura (Colombia – Canadá)
- Chris Torch – Produtor e Consultor de Políticas Interculturais /Membro Fundador da Intercult (Suécia)

Caras organizações convocadoras desta VIII Edição do CAMPUS EURO-AMERICANO DE COOPERAÇÃO CULTURAL:

- A ilustre Municipalidade de Cuenca
- A Organização dos Estados Iberoamericanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI)
- A Fundação Interarts

com o apoio da

- Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID),

a quem em nome da Sr^a Ministra da Cultura do Brasil Marta Suplicy, agradeço o honroso convite, para participar como Secretário de Políticas Culturais, deste espaço privilegiado de encontro e de cooperação das relações culturais entre Europa e América.

É um prazer imenso e uma grande responsabilidade, trazer a palavra do governo e da sociedade brasileira, a partir da representatividade de todas as entidades e instituições, que vêm contribuindo com sua efetiva participação, para a construção de um projeto democrático de cultura. Um projeto que seja capaz de enfrentar os desafios resultantes diretamente das recentes e profundas mudanças no campo econômico, político, social e cultural, que estão se produzindo no mercado contemporâneo, incidindo radicalmente no conceito tradicional de **desenvolvimento**, ou seja, baseado na economia e refletir sobre o desenvolvimento à escala humana.

A DIVERSIDADE, AS DIVERSIDADES. Sérgio Mamberti



As edições anteriores do Campus Euro-Americano de Cooperação Cultural, já refletiam essas preocupações; mas diante do marco da crise amplamente reconhecida no momento da presente edição, o Campus nos convoca para debatermos a partir de nossas experiências e do nosso compromisso, a premissa que devemos pleitear: sem desenvolvimento cultural o desenvolvimento entendido como dimensão do progresso humano, não tem futuro e não é sustentável.

Este ano, o Campus nos desafia a partir de nossas conversas, a construir um novo marco que nos permita refundar as bases que sustentam a dita cooperação, com o objetivo de analisar as possibilidades de uma real superação e modificação dos modelos existentes.

O Brasil desde 2003, início do governo Lula, que vem tendo efetiva continuidade e avanços concretos no Governo da Presidenta Dilma Rousseff, assumiu como fator fundamental para a construção de suas políticas públicas de cultura como também na área das Políticas Sociais, o conceito emitido pela Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, bem como os esforços que vimos desenvolvendo para o pleno cumprimento da Convenção Internacional sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, aprovada na UNESCO em 2005. O Brasil, na pessoa do Ministro Gilberto Gil, teve atuação decisiva na sua aprovação e vimos participando ativamente nesses últimos anos dos processos de regulamentação, divulgação e implementação dos seus princípios norteadores, tanto no plano nacional como no internacional, evidenciando a centralidade dessas proposições.

Os direitos culturais fazem parte dos direitos humanos e a dimensão cultural é indispensável e estratégica para qualquer projeto de desenvolvimento. Segundo a Convenção, os indivíduos e os grupos devem ter garantidas as condições de criar e difundir suas expressões culturais; o direito à educação e à formação de qualidade que respeite sua identidade cultural; a possibilidade de participar da vida cultural de sua preferência e exercer e fruir suas próprias práticas culturais, desde que respeitados os limites dos direitos humanos. O direito à diferença e à construção individual e coletiva das identidades, através das expressões culturais é elemento fundamental da promoção de uma cultura de paz.

O reconhecimento e a valorização da diversidade cultural estão ligados à busca da solidariedade entre os povos, à consciência da unidade do gênero humano e ao desenvolvimento dos intercâmbios culturais. Os processos de globalização e / ou mundialização constituem hoje desafios para a preservação e promoção dessa diversidade, criando condicionamentos e ameaçando o diálogo permanente entre culturas, civilizações ou grupos sociais.

Por outro lado, a rápida evolução das tecnologias de informação e de comunicação constitui hoje estratégia fundamental para o respeito, a valorização e o convívio

harmonioso das diferentes identidades culturais existentes dentro dos territórios nacionais e internacionais. O conceito de diversidade cultural nos permite perceber que as identidades culturais não são um conjunto monolítico e único.

Ao contrário, podemos e devemos reconhecer e valorizar as nossas diferenças, como fator para a coexistência harmoniosa das várias formas possíveis de expressar essa diversidade.

Como o respeito a eventuais diferenças entre os indivíduos e grupos humanos é condição da cidadania, devemos tratar com carinho e eficácia da promoção da convivência harmoniosa, dos diálogos e dos intercâmbios, expressos através das diversas linguagens e expressões culturais, para a superação da violência e da intolerância entre indivíduos e grupos sociais em nosso país e no mundo.

Como afirma o eminente professor da Universidade de Brasília José Jorge de Carvalho, grande apoiador na conceituação de nossas propostas para a diversidade, mais do que nunca talvez, em toda a história da América Latina, vivemos um momento de questionamento sério e profundo do modelo cultural eurocêntrico, que tem nos caracterizado desde os primeiros tempos da colônia. A formação das sociedades coloniais no Novo Mundo se deu sob o signo da desqualificação radical de todos os saberes dos inúmeros povos originários do nosso continente. A chamada **conquista** da América Espanhola (ou o chamado **descobrimento** da América Portuguesa) consistiu no trabalho negativo de converter as centenas de povos diferentes que viviam nessas latitudes em **índios**. O termo índio foi logo em seguida associado à ideia de **selvagem**, isto é aquele que vive na selva e portanto não possui nem cultura nem saber sistematizado ou relevante; ou então à ideia de **bárbaros**, isto é, aquele que segue padrões culturais inaceitáveis, porque não civilizados.

O termo **índio** representou assim, o primeiro sinal de uma perda ou sufocamento dos referentes simbólicos próprios dos grupos humanos com quem os espanhóis e portugueses se encontraram no início da colonização.

Todos esses grupos humanos encontram-se agora em um processo intenso de retomada de seus conhecimentos e valores culturais e sociais tradicionais, para afirmá-los diante da sociedade nacional em igualdade de condições com os conhecimentos de origem europeia, dominantes e utilizados para representar a nação brasileira e tantos países da América Latina, nos espaços internos como externos.

O que caracteriza o momento atual, de praticamente todos os países da América do Sul, é o processo de retomada dos saberes artísticos e científicos próprios dos nossos povos tradicionais.

O horizonte de justificativa moral da colonização e da escravidão foi justamente repetir incessantemente que os indígenas e os negros eram ignorantes, incapazes, incultos,

embrutecidos. Pior ainda, que desconheciam as formas “superiores” de cultura, que não tinham arte sofisticada, que não haviam desenvolvido conhecimento científico; que eram supersticiosos em lugar de religiosos e que suas formas de espiritualidade eram inferiores, primitivas, fetichistas, animistas, daí a necessidade de sua conversão (forçada, claramente) ao catolicismo e a coetânea repressão, que durou séculos, de suas formas tradicionais de religião e de espiritualidade.

Abolida a escravidão e declarada a República no Brasil, a natureza dessa desqualificação cultural e simbólica generalizada continuou sem maiores mudanças até quase a metade do século XX.

Um primeiro momento de revalorização dos conhecimentos tradicionais deu-se através de uma conscientização, de uma parte da elite intelectual branca dominante de que estes conhecimentos são parte integrante e construtiva das nossas nações. Assim, desde o início do século XX assistimos um movimento constante, ainda que minoritário, de **coleta, resgate** e incorporação das culturas indígenas e africanas nos arquivos, museus e instituições de ensino e pesquisa dos nossos países.

Uma nova retomada teve lugar no Brasil, a partir da criação da Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural no Ministério da Cultura no ano de 2003, graças à plataforma internacional gerada pela Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade Expressões Culturais da UNESCO, em que os detentores dos conhecimentos tradicionais começam a fazer parte do processo decisório no que diz respeito à reconstrução do perfil da diversidade cultural do Brasil. Movimentos análogos, alguns mais amplos, outros mais restritos, vêm ocorrendo paralelamente em outros países sul-americanos, como na Bolívia, no Equador e na Venezuela.

No Brasil, simultaneamente com a Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural que vem se ocupando das políticas públicas para povos indígenas, ciganos, movimento LGBT, voltado para a diversidade sexual, culturas populares, tradicionais e urbanas, saúde mental, cultura da infância, idosos, portadores de deficiência, com protagonismo dos seus representantes, foi criada também a Secretaria da Cidadania Cultural que desenvolveu o Projeto Cultura Viva, constituindo por todo o Brasil uma rede de pontos de culturas, que teve repercussão internacional pelos resultados conhecidos.

Hoje essas duas secretarias estão unificadas na Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural, com os mesmos objetivos.

Também trabalhamos numa perspectiva de inclusão da diversidade cultural na educação. Afim de preparar nossas futuras gerações com uma visão revigorada sobre a história dos povos originários e afrodescendentes que sempre foram aliçados nos processos educativos e tratados de forma genérica, sem dar a verdadeira dimensão da riqueza e contribuição destas culturas na formação do Brasil. Assim o presidente

Lula sancionou a Lei nº 11.645 que estabelece a obrigatoriedade da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena no ensino básico.

A DECLARAÇÃO DE SÃO PAULO SOBRE CULTURA E SUSTENTABILIDADE, que reuniu nesta cidade em 14 de abril de 2012, no âmbito de Altas Autoridades Sul-Americanas sobre Cultura e Sustentabilidade, os Ministros, Secretários de Estado e de mais autoridades da Cultura da República Argentina, Estado Plurinacional da Bolívia, República Federativa do Brasil, República do Chile, República do Equador, República do Paraguai, República do Peru e República Oriental do Uruguai, considerando o teor do documento da UNESCO, o Poder da Cultura para o Desenvolvimento, no qual se estabelece que: A Cultura, em todas as suas dimensões, é um componente fundamental do desenvolvimento sustentável.

Entre outras considerações, como a transversalidade e o papel estratégico da cultura na construção de uma resposta aos desafios da sustentabilidade e do desenvolvimento humano com equidade e a inclusão social, bem como o reconhecimento da diversidade das expressões culturais, reiteraram a necessidade de coordenação de esforços para aprofundar o diálogo entre os países da região, com vistas à valorização da cultura, como dimensão indissociável do desenvolvimento sustentável.

Diante da abrangência dessas premissas, acordaram em requerer às autoridades negociadoras da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, conhecida como Rio + 20, realizada na cidade do Rio de Janeiro em junho de 2012, que considerasse em seu documento final, a Cultura como quarto pilar do desenvolvimento sustentável, reconhecendo-a como dimensão articuladora e geradora de equilíbrio entre os três pilares até o momento reconhecido: o econômico, o social e o ambiental.

Acordam também entre outras demandas em promover o conceito do **Bem Viver**, com perspectiva enriquecedora da sustentabilidade, com o objetivo de garantir a reprodução da vida com um horizonte Intergeracional.

A Ministra Coordenadora de Patrimônio da República do Equador Sr^a Maria Fernanda Espinosa Garcés, teve desempenho fundamental para o bom resultado desta importante reunião.

Gostaria de comunicar ainda que no âmbito da Secretaria de Políticas Culturais, estamos implementando pela primeira vez em nosso país o Plano Nacional de Cultura, um planejamento para o Ministério da Cultura abrangendo os próximos 10 anos, com 53 metas que concretizam as demandas expressas nas 275 ações do Plano, as quais representam os anseios de milhares de brasileiros e brasileiras reunidos em múltiplas conferências e fóruns realizados por todo o país desde 2003.

EUROAMERICANO

VIII CAMPUS DE COOPERACIÓN CULTURAL

O PNC traduz a complexidade de desejos do campo da cultura e se configura como um planejamento de longo prazo, uma política pública de Estado que deve ultrapassar conjunturas e ciclos de governos, possibilitando que o Brasil conheça o Brasil. A intenção é revelar também a rica diversidade do país e sua extraordinária criatividade, além de buscar a realização das potencialidades da sociedade brasileira por meio de processos criativos.

A Secretária de Políticas Culturais foi o órgão responsável pela coordenação técnica e o CNPC (Conselho Nacional de Política Cultural) pelo espaço de debate participativo, pois expressa a ampla representatividade da sociedade civil, dos entes federados, do Congresso Nacional e de outros órgãos públicos.

O alcance dessas metas depende da participação dos estados e municípios, que devem também criar seus planos de cultura e dar concretude ao Sistema Nacional de Cultura (SNC), o articulador operacional do PNC.

Em tempos de participação cidadã e transparência pública, a implantação do Sistema Nacional de Informação e Indicadores Culturais (SNIIC) permitirá que a sociedade brasileira, os gestores públicos e a academia possam acompanhar a implementação e o monitoramento do PNC, permitindo a introdução de um modelo de gestão inovador ao universo das políticas públicas de cultura, numa perspectiva ampliada na qual se articulam três dimensões: a simbólica, a cidadã e a econômica. Trata-se de um projeto que caminha para a consolidação efetiva da cidadania cultural, tendo a cultura como um eixo do desenvolvimento e possibilitando que os brasileiros avancem cultural e economicamente – com justiça social, igualdade de oportunidades, consciência ambiental e convivência com a diversidade.

As opiniões aqui expressas são de responsabilidade do autor e não refletem, necessariamente, a opinião dos organizadores do VIII Campus, os titulares dos direitos de comunicação, reprodução e distribuição pública. Para uma reprodução do conteúdo, solicitação de autorização a info@campuseuroamericano.org.

